Base de Elaboração das Demonstrações Financeiras

1 - Contexto operacional

A Câmara Municipal de Farroupilha é pessoa jurídica de direito público instituída em 27 de novembro de 1947 inscrito no cadastro nacional de pessoa jurídica sob nº 20.765.627/0001-40. Está localizada na Rua Júlio de Castilhos, nº 420, bairro Centro, Farroupilha - RS.

As atividades operacionais da Câmara Municipal durante o exercício de 2022 foram amparadas pela Lei Municipal nº 4.694, de 29 de novembro de 2021 (Lei Orçamentária Anual - LOA 2022), e pelas leis e decretos que autorizaram os créditos adicionais abertos durante o exercício de 2022.

As ações desenvolvidas pela Câmara no exercício financeiro de 2022 foram agrupadas nas seguintes funções de governo previstas na Portaria nº 42 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, de 14 de abril de 2009: Legislativa, Administração, Segurança Pública, Relações Exteriores, Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Trabalho, Educação, Cultura, Direitos da Cidadania, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços, Transporte, Desporto e Lazer, e Encargos Especiais.

As demonstrações contábeis que compõem esta prestação de contas foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sistema de Contabilidade Multi24h da empresa Tecnosistemas e incluem os dados da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Poder Legislativo Municipal.

As demonstrações são compostas por: Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e Notas Explicativas (NE). Essas demonstrações e notas explicativas referem-se ao exercício financeiro de 2022, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

2 - Base de Preparação

As demonstrações contábeis constantes neste Balanço foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª edição. O manual é aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 1.131, de 4 de novembro de 2021, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativas às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16 e NBCs TSP, quando aplicáveis).

3 - Processo de Convergência e Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

O processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (International Public Sector Accounting Standards - IPSAS) apresentou como um dos marcos iniciais a Portaria nº 184, emitida em 25 de agosto de 2008 pelo Ministério da Fazenda, a qual ficou conhecida como a "Portaria da Convergência". Foi essa portaria que determinou à STN o desenvolvimento de ações para promover a convergência.

Todo o processo de convergência foi alicerçado com a implantação de um plano de contas único para a Federação (PCASP) pela uniformização de procedimentos contábeis orçamentários (PCOs) e específicos (PCEs), e pela implantação das novas demonstrações contábeis (DCASPs).

A Câmara Municipal de Farroupilha vem adotando uma série de providências para acompanhar todo o processo de convergência. Com um ano de antecedência (2014) ao prazo estabelecido pela STN, o PCASP foi implantado, e todas as rotinas de eventos contábeis foram adaptadas. Já as novas demonstrações contábeis, como a DFC, são elaboradas desde o exercício de 2014.

Após essa primeira etapa do processo de convergência, os esforços foram concentrados na implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais (PCPs). A STN, por meio da Portaria nº 548, de 24 de setembro de 2015, estabeleceu o plano de implantação desses procedimentos (PIPCPs). O plano consiste em definir estratégias e prazos para implantar os procedimentos patrimoniais necessários à convergência, de forma gradual.

Através do quadro abaixo se visualiza o grau de atingimento dos prazos determinados pela portaria. Como se percebe a Câmara está atendendo todos os quesitos e, portanto, está adimplente com os cumprimentos dos prazos determinados.

PRAZOS DOS PCPS DETERMINADOS PELA PORTARIA Nº 548/2015 E SITUAÇÃO DO ESTADO EM RELAÇÃO A ESSES PRAZOS		
Procedimento Contábil Patrimonial (PCP)	Prazo para Municípios	Município de Farroupilha
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	2021	Implantado
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	2021	Implantado
3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	2018	Implantado
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Imediato	Implantado
5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	2020	Implantado
6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	2020	Implantado
7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	2020	Implantado
8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	2023	Implantado
9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).	2023	Implantado
10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	2020	Implantado
11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).	2018	Implantado
12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Imediato	Implantado
13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	2016	Implantado
14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.	A ser definido.	Implantado

15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	2021	Implantado
16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	A ser definido.	Implantado
17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respetivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	2020	Implantado
18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	2022	Implantado
19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.	A ser definido.	Implantado

4 - Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Município. Todos os saldos das notas explicativas estão em reais, exceto quando indicado de outra forma.

5 - Uso de Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas

Na preparação das demonstrações contábeis, a Câmara fez uso de estimativas e de julgamentos que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos constantes nas demonstrações.

As principais estimativas e premissas estão a seguir relacionadas:

A - A mensuração do valor justo dos ativos que foram reavaliados ou que tiveram a sua primeira avaliação realizada com dados comparáveis no mercado ou valor de reposição;

B - Na determinação da vida útil econômica dos bens do imobilizado, quando couber, para os bens adquiridos e postos em operação até 12/07/2017, foi utilizada a vida útil definida no laudo de avaliação. Para os bens adquiridos e postos em operação a partir de 13/07/2017, a vida útil foi definida pela Câmara com base no Decreto Municipal nº 6.239. No caso dos intangíveis, foi utilizado o período contratual das licenças de uso ou de acordo com a vida útil definida em laudo de avaliação inicial;

C - Os riscos fiscais, tais como cíveis e trabalhistas, são reconhecidos de acordo com a análise jurídica de cada ação e, dependendo da análise, poderão ser classificados como passivo contingente ou como passivo exigível.

6 - Data de Aprovação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram aprovadas para apresentação ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE/RS) no dia 16/01/2023 pelo Secretário de Finanças.

7 - Resumo das Principais Políticas Contábeis

A - Disponibilidades: As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original e atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

B - Imobilizado: O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação.

C - Intangível: O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. É mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição ou de produção, ou, ainda, pelo custo estimado de reposição na mensuração de softwares preexistentes. Em se tratando de ativos intangíveis obtidos a título gratuito, o valor inicial é o resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação.

D - Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável: De acordo com o Decreto Municipal nº 6.239, de 13 de julho de 2017, a reavaliação é a adoção do valor de mercado ou de consenso para bens do ativo, quando esse for superior ao valor líquido contábil e a redução ao valor recuperável (impairment) é o ajuste ao valor de mercado ou de consenso para bens do ativo, quando esse for inferior ao valor líquido contábil. Conforme o decreto citado acima as incorporações, as baixas, os saldos anteriores, saldos atuais, as depreciações do mês, as depreciações acumuladas, os valores de reavaliação ou redução ao valor recuperável, devem constar no relatório de movimentação patrimonial, encaminhado à Contadoria, pelo Setor de Patrimônio, até o 5º dia útil de cada mês.

E - Depreciação, Amortização e Exaustão: A depreciação/amortização/exaustão de bens adquiridos e postos em operação a partir de 13/07/2017 utiliza o método das cotas constantes e se dá de acordo com a tabela definida pelo Município, com base na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 162/1998. A amortização dos intangíveis, quando couber, está sendo realizada pelo método da linha reta, tendo como referência o período de licença de uso ou a vida útil estimada em laudo de avaliação próprio quando de softwares preexistentes.

F - Restos a Pagar: Os restos a pagar não processados, quando liquidados, permanecem com o status de restos a pagar não processados. Os restos a pagar processados inscritos em 2020 não foram cancelados e permaneceram registrados no passivo financeiro.

G - Contabilização das Retenções para Fins Orçamentários: Farroupilha adota a política contábil de registro das retenções na conta Crédito Empenhado Liquidado Pago no momento da retenção. Ou seja, orçamentariamente a parte da despesa relativa à retenção é considerada paga no momento em que se efetua a retenção, pois se considera que a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro. O MCASP faculta aos entes a política contábil para o registro orçamentário de suas retenções.

H - Distinção entre Circulante e não Circulante: A política contábil adotada evidencia como circulante os direitos e as obrigações com valores de realização em até 12 meses da data de levantamento destas demonstrações contábeis. Os ingressos extraorçamentários, tais como cauções e outras entradas compensatórias, são considerados como circulante, independentemente do prazo de devolução do recurso.

I - Passivos sem Execução Orçamentária: Todas as obrigações, independentemente da execução orçamentária da despesa, devem ser reconhecidas pelas unidades gestoras municipais em observância ao regime de competência e às NBCs TSP.

J - Apuração do Resultado: Os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes, sendo as receitas orçamentárias reconhecidas pelo regime de caixa e as despesas orçamentárias pelo empenho no exercício. Já as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas são inscritas em restos a pagar. As variações patrimoniais aumentativas e diminutivas foram reconhecidas de acordo com o seu fato gerador, quando não reportado de forma diversa.

Balanço Patrimonial

8 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato, conforme detalhamento a seguir:

TÍTULOS	31/12/2022	31/12/2021
Bancos Conta Movimento	**112.497,76**	**94.446,39**
Banco do Brasil	112.497,76	94.446,39
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	**-**	**-**
Banco do Brasil	-	-
TOTAL	**112.497,76**	**94.446,39**

Bancos Conta Movimento

Este item demonstra o somatório das disponibilidades existentes em contas bancárias, agregadas pelos subitens identificativos dos bancos correspondentes. Compreende o somatório dos valores em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata

Compreende as aplicações financeiras de alta liquidez em moeda nacional, que são prontamente conversíveis em valores conhecidos de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os recursos recebidos por meio de transferências (convênios) e de operações de crédito são aplicados de acordo com as legislações específicas das concedentes.

9 – Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço a entidade ocorrerão no curto prazo. Representam o valor registrado a título de despesas antecipadas que serão apropriadas nos exercícios subsequentes pelo seu fato gerador, de acordo com o que preceitua a aplicação do princípio da competência. Basicamente, são os registros de assinaturas/anuidades a apropriar.

TÍTULOS	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Prêmios de Seguros a Apropriar	**4.252,14**	**-**
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	**746,41**	**2.668,37**
TOTAL	**4.998,55**	**2.668,37**

Prêmios de Seguros a Apropriar

Compreende os valores pagos a título de prêmios de seguro a apropriar registrados pelo princípio da competência. Em 31/12/2022 apresentou o saldo de R$ 4.252,14.

Assinaturas e Anuidades a Apropriar

Compreende os valores pagos a título de assinaturas e anuidades a apropriar registrados pelo princípio da competência. Em 31/12/2022 apresentou o saldo de R$ 746,41.

10 - Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens, conforme detalhamento abaixo:

TÍTULOS	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Bens Móveis	**306.936,73**	**270.751,14**
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	8.615,09	8.642,50
Bens de Informática	94.907,99	70.773,99
Móveis e Utensílios	144.582,54	141.623,54
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	58.831,11	49.711,11
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas	**- 87.535,57**	**- 56.850,07**
TOTAL	**219.401,16**	**213.901,07**

Bens Móveis

Compreende o valor da aquisição ou incorporação de bens corpóreos, que tem existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por forca alheia sem alteração da substancia ou da destinação econômico-social, que constituam meio para a produção de outros bens ou

serviços. Os valores lançados no total de R$ 306.936,73 se encontram conciliados com os saldos constantes no sistema de patrimônio na data de 31/12/2022.

(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas

Compreende a diminuição do valor dos elementos do ativo imobilizado devido a desgaste pelo uso, ação da natureza ou obsolescência, bem como a perda do valor, decorrente de sua exploração, de direitos cujo objeto sejam recursos minerais ou florestais ou bens aplicados nessa exploração e a perda do valor do capital aplicado na aquisição de direitos de propriedade industrial ou comercial e quaisquer outros com existência ou exercício de duração limitada ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado. Em 2017 foi iniciado o procedimento de depreciação a partir dos móveis adquiridos, incorporados ou colocados em utilização a partir do mês subsequente ao uso.

11 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações. No curto prazo foram classificados os valores exigíveis em até 12 meses da data das demonstrações contábeis. O restante das obrigações dessa natureza foi classificado no longo prazo. O quadro a seguir detalha os valores registrados nessa conta.

TÍTULOS	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Pessoal a Pagar	**139.504,28**	**134.167,74**
Férias	139.504,28	134.167,74
Benefícios Assistenciais a Pagar	**12.169,32**	**10.652,49**
Encargos Sociais a Pagar	**42.887,13**	**36.202,70**
Contribuição ao Regime Próprio de Previdência Social (FPS)	6.902,30	5.253,05
Contribuição ao Regime Geral de Previdência Social (INSS)	35.984,83	30.949,65
TOTAL	**194.560,73**	**181.022,93**

Pessoal a Pagar

Compreende as obrigações a curto prazo referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, quando pagos em data posterior a qual forem incorridos. Consta nessa classificação o valor de R$ 139.504,28 referente saldo de férias correspondente ao reconhecimento por competência das obrigações decorrentes do período aquisitivo.

Benefícios Assistenciais a Pagar

Compreende as obrigações a curto prazo relativas aos benefícios assistenciais. São valores de restos a pagar referente plano de saúde dos servidores municipais que foram empenhados em 2022 e serão pagos em 2023. O saldo dessa conta em 31/12/2022 é de R$ 12.169,32.

Encargos Sociais a Pagar

Compreende as obrigações a curto prazo das unidades relativas a despesas incorridas e não pagas, em benefício de seus servidores, empregados e familiares, compulsoriamente ou não, incluindo aquelas que se destinam ao financiamento da seguridade social de responsabilidade do poder público e as demais contribuições sociais. O saldo se refere a restos a pagar de contribuição patronal do Fundo de Previdência Social no valor de R$ 6.902,30 e contribuição patronal do INSS no valor de R$ 35.984,83.

12 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, alugueis e

todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo, conforme detalhamento abaixo:

TÍTULOS	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores Nacionais	**31.305,66**	**24.070,72**
TOTAL	**31.305,66**	**24.070,72**

Fornecedores Nacionais

Compreende os valores a pagar aos fornecedores nacionais de bens, materiais e serviços envolvidos com as atividades operacionais da Câmara. Compreende também obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda e aluguéis. Em síntese, verifica-se que os valores registrados a curto prazo totalizaram R$ 31.305,66.

13 - Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da Câmara junto a terceiros não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo. Está registrado nesta conta os valores restituíveis e outras obrigações a curto prazo conforme valores abaixo:

TÍTULOS	31/12/2022	31/12/2021
Valores Restituíveis	**26.135,65**	**23.520,48**
TOTAL	**26.135,65**	**23.520,48**

Valores Restituíveis

Compreende os valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositaria, exigíveis no curto prazo. Nesta conta está registrado os valores retidos de servidores públicos e de empresas prestadoras de serviços a título de FPS, INSS, IRRF, plano de saúde, plano odontológico, mensalidade sindical, consignados bancários, convênios de telefonia móvel e convênios de farmácia. Considerando todos esses valores restituíveis o total em 31/12/2022 é de R$ 26.135,65.

14 - Patrimônio Social e Capital Social

Compreende o saldo patrimonial da Câmara Municipal de Farroupilha no valor de R$ 42.374.47. O saldo é representado pela soma dos valores do Ativo Circulante e Ativo Não Circulante menos os valores do Passivo Circulante e Passivo Não Circulante, sem descontar o valor apurado do resultado do exercício que é registrado na conta de Resultados Acumulados.

15 - Resultados Acumulados

Compreende o saldo remanescente dos superávits ou déficits acumulados do legislativo municipal. No exercício de 2022 foi contabilizado o saldo de Resultados Acumulados de R$ 42.520,96 e o saldo de Patrimônio Líquido de R$ 84.895,43. São registrados nos Resultados Acumulados os valores de ajustes de exercícios anteriores, que, de acordo com o MCASP, são relacionados com registros decorrentes de efeitos de mudança de critério contábil, omissão de registro, ou retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes. Nesta conta encontra-se registrado o saldo devedor de R$ 2.148,93 resultante do registro de depreciação de bens patrimoniais conforme relatório de contabilização do Setor de Patrimônio referente ao período de dezembro de 2021 lançado fora de período devido a erro no sistema patrimonial ocasionado pela própria empresa de sistemas (Tecnosweb) não solucionado em tempo hábil.

16 - Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Este quadro apresenta os ativos e passivos financeiros e permanentes, de acordo com o disposto no art. 105 da Lei nº 4.320/1964. É elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo), a classe 2 (Passivo e Patrimônio

Líquido) do PCASP, bem como as contas que representem passivos financeiros, mas que não apresentam passivos patrimoniais associados, como as contas da classe 6 "Crédito Empenhado a Liquidar" e "Restos a Pagar Não Processados a Liquidar". Os ativos e passivos financeiros e permanentes e o saldo patrimonial são apresentados pelos seus valores totais, conforme quadro abaixo:

TÍTULOS	31/12/2022	31/12/2021
Ativo (I)	**336.897,47**	**311.015,83**
Ativo Financeiro	112.497,76	94.446,39
Ativo Permanente	224.399,71	216.569,44
Passivo (II)	**252.002,04**	**228.614,13**
Passivo Financeiro	112.497,76	94.446,39
Passivo Permanente	139.504,28	134.167,74
Saldo Patrimonial (I - II)	**84.895,43**	**82.401,70**

Ativo Financeiro

O ativo financeiro corresponde ao somatório das contas escrituráveis de ativo com atributo financeiro, ou seja, compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. A caracterização dos valores do ativo em atributo financeiro e permanente permite a apuração do superávit financeiro no balanço patrimonial de acordo com a Lei nº 4.320/1964. Os valores registrados no ativo em 31/12/2022 de atributo financeiro são: Caixa e Equivalentes de Caixa em R$ 112.497,76.

Ativo Permanente

O ativo permanente corresponde ao somatório das contas escrituráveis de ativo com atributo permanente, ou seja, compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. A caracterização dos valores do ativo em atributo financeiro e permanente permite a apuração do superávit financeiro no balanço patrimonial de acordo com a Lei nº 4.320/1964. Os valores registrados no ativo em 31/12/2022 de atributo permanente são todas as contas do ativo desconsiderando as contas citadas no item 16 de atributo financeiro. O valor total no final de 2021 é de R$ 224.399,71.

Passivo Financeiro

O passivo financeiro corresponde ao somatório das contas escrituráveis de passivo com atributo financeiro, ou seja, compreende as dívidas fundadas e outras cujo pagamento independa de autorização orçamentária. A caracterização dos valores do passivo em atributo financeiro e permanente permite a apuração do superávit financeiro no balanço patrimonial de acordo com a Lei nº 4.320/1964. Os valores registrados no passivo em 31/12/2022 de atributo financeiro são os valores a pagar de restos a pagar processados inscritos em 2022 e os valores restituíveis. O valor total no final de 2021 é de R$ 112.497,76.

Passivo Permanente

O passivo permanente corresponde ao somatório das contas escrituráveis de passivo com atributo permanente, ou seja, compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate. A caracterização dos valores do ativo em atributo financeiro e permanente permite a apuração do superávit financeiro no balanço patrimonial de acordo com a Lei nº 4.320/1964. Os valores registrados no passivo em 31/12/2022 de atributo permanente são todas as contas do passivo desconsiderando as contas citadas no item 26 de atributo financeiro. O valor total no final de 2022 é de R$ 139.504,28.

17 - Quadro das Contas de Compensação

Este quadro apresenta os atos potenciais do ativo e do passivo a executar, que potencialmente podem afetar o patrimônio da Câmara. Os valores dos atos potenciais já executados não devem ser considerados. É elaborado utilizando-se a classe 8 (Controles Credores) do PCASP. O quadro está demonstrado abaixo:

TÍTULOS	31/12/2022	31/12/2021
Atos Potenciais Ativos	**-**	**-**
Atos Potenciais Passivos	**1.029.821,58**	**80.739,37**
Obrigações Contratuais	1.029.821,58	80.739,37

Obrigações Contratuais

Compreende contas relacionadas ao registro da execução dos valores de obrigações contratuais, quando a administração pública participa como contratante. Estão registrados nessas contas os valores por empresa de contratos de aluguéis a liberar, a aprovar e aprovados.

18 - Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

Este quadro apresenta o superávit/déficit financeiro, apurado conforme o § 2º do art. 43 da Lei nº 4.320/1964. É elaborado utilizando-se o saldo da conta 8.2.1.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recurso (DDR), segregado por fonte/destinação de recursos. Podem apresentar algumas fontes com déficit e outras com superávit financeiro, de modo que o total seja igual ao superávit/déficit financeiro apurado pela diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro conforme o quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes.

Balanço Orçamentário

19 - Regime Orçamentário e Critérios de Classificação

O regime orçamentário utilizado na elaboração dos registros de receita e despesa é o regime misto. Dessa forma, considerou-se como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício, nos termos do art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64, diferentemente do regime contábil que considera a receita (variação patrimonial aumentativa) e a despesa (variação patrimonial diminutiva) através do regime de competência.

O critério de classificação utilizado na elaboração dos registros de receita e despesa é o plano de contas de Natureza de Receita Versão 2022 1.1 e o plano de contas de Natureza de Despesa Versão 2022 1.1 do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, o qual utiliza como base os ementários de receita e despesa atualizados divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional.

A demonstração contábil foi elaborada de acordo com as orientações da Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª edição. O manual é aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 1.131, de 4 de novembro de 2021, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativas às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16 e NBCs TSP, quando aplicáveis).

20 - Período de Referência do Demonstrativo

O período de vigência considerado na elaboração do Balanço Orçamentário foi o exercício financeiro constante de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

21 - Entidades Abrangidas

O Balanço Orçamentário inclui somente o Poder Legislativo Municipal.

22 - Detalhamento das Receitas e Despesas Intraorçamentárias

Entende-se como receitas e despesas intraorçamentárias, as operações realizadas entre órgãos e demais entidades da Administração Pública integrantes do orçamento do mesmo ente federativo. Por isso, não representam novas entradas de recursos nos cofres públicos da Câmara, mas apenas movimentação de recursos entre seus órgãos. As receitas intraorçamentárias são a contrapartida das despesas classificadas na Modalidade de Aplicação “91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades

Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social" que, devidamente identificadas, possibilitam anulação do efeito da dupla contagem na consolidação das contas governamentais.

No sentido de evidenciar a classificação das operações intraorçamentárias por categoria econômica de despesa, uma vez que esses valores se encontram consolidados no Balanço Orçamentário, demonstra-se o detalhamento conforme tabela abaixo:

TÍTULOS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	SALDO
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS)	**96.000,00**	**86.295,08**	**9.704,92**
DESPESAS CORRENTES	96.000,00	86.295,08	9.704,92
Pessoal e Encargos Sociais	96.000,00	86.295,08	9.704,92

As despesas intraorçamentárias liquidadas se referem aos repasses pela Câmara de Farroupilha para o Fundo de Previdência Social a título de contribuição patronal e de amortização do déficit atuarial no valor de R$ 86.295,08.

23 - Detalhamento das Despesas por Tipos de Crédito

Conforme art. 40 da Lei Federal nº 4.320/64, créditos adicionais são as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento, e são classificadas em suplementares: destinados a reforço de dotação orçamentária, especiais: destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica, e extraordinários: destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

No exercício considerado foram autorizados créditos adicionais que somaram o valor total de R$ 179.100,00, desse total, R$ 179.100,00 se refere a créditos adicionais suplementares, R$ 0,00 a créditos adicionais especiais e R$ 0,00 a créditos adicionais extraordinários. O total de decretos de suplementação em 2022 foram de 19 créditos adicionais suplementares, de 0 créditos adicionais especiais e de 0 créditos adicionais extraordinários.

Não há uma forma de detalhar as despesas executadas por tipo de crédito adicional uma vez que, após sua abertura, seja suplementar, adicional ou extraordinário, o valor autorizado se agrega a dotação orçamentária inicial, onde ocorre a despesa orçamentária, não havendo possibilidade de o sistema de informática obter conhecimento da parte empenhada que se refere ao crédito inicial ou ao crédito adicional.

24 - Utilização do Superávit Financeiro

Consideram-se recursos disponíveis para a abertura de créditos adicionais os valores de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, nesse sentido, a Câmara Municipal não possui superávit financeiro, uma vez que os recursos disponíveis no final do exercício foram devolvidos ao Poder Executivo.

25 - Atualização Monetária da coluna de Previsão Inicial da LOA

A atualização monetária utilizada como base para elaboração da previsão inicial da receita orçamentária na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2022 seguiu os parâmetros e diretrizes constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2022, a qual utilizou como premissa uma previsão de inflação para 2022 conforme índice IPCA no percentual de 4,10%.

Após a publicação da LOA não houve nova estimativa de previsão orçamentária com base no índice de inflação final, dessa forma se manteve os valores previstos e aprovados na Lei Orçamentária Anual nº 4.694/2021.

26 - Controle dos Restos a Pagar Não Processados

A Câmara Municipal de Farroupilha não deixou em 2022 restos a pagar não processados. As despesas em que houve a verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito foram liquidados e pagos, ou apenas liquidados e mantidos como restos

a pagar processados. Por outro lado, as despesas que estavam empenhadas e não foram liquidadas por não haver o direito creditório estabelecido foram cancelados dentro do exercício não gerando restos a pagar não processados. Dessa forma, não houve a necessidade de controle específico por não haver inscrição de restos a pagar não processados.

27 - Detalhamento dos Recursos de Exercícios Anteriores

Não houve registro no Balanço Orçamentário de valores de recursos arrecadados em exercícios anteriores. O RPPS de Farroupilha ainda possui mais receitas do que pagamentos de benefícios (fase de capitalização). Para que haja equilíbrio orçamentário, a diferença de valores é lançada como reserva do RPPS do lado da despesa orçamentária. Entretanto, a partir de determinado momento, é provável que haja mais despesas do que receitas, fazendo-se necessário utilizar os recursos que foram anteriormente capitalizados. Deste modo, a parcela de recursos de exercícios anteriores que será utilizada para complementar os pagamentos de aposentadorias e pensões poderá ser incluída na previsão da receita para fins de equilíbrio orçamentário.

28 - Conciliação com os Valores dos Fluxos de Caixa Líquidos

Os valores de despesa orçamentária, de forma geral, estão conciliados com os valores da Demonstração dos Fluxos de Caixa da seguinte maneira: As despesas com pessoal e encargos sociais, com juros e encargos da dívida e com outras despesas correntes estão conciliadas com os valores constantes no fluxo de caixa das atividades operacionais. As despesas com investimentos estão conciliadas com os valores constantes no fluxo de caixa das atividades de investimento. E as despesas com amortização da dívida estão conciliadas com os valores constantes no fluxo de caixa das atividades de financiamento. Porém, há algumas exceções, existem despesas de capital que são registradas no fluxo de caixa das atividades operacionais, esses pormenores estão explicitados nas notas explicativas da Demonstração dos Fluxos de Caixa.

29 - Déficit

Demonstra a diferença negativa entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas, se for o caso. Equivale à diferença entre a linha Subtotal com Refinanciamento das receitas e a linha Subtotal com Refinanciamento das despesas. Se as despesas empenhadas forem inferiores às receitas realizadas, essa diferença será lançada na linha Superávit. Nesse caso, a linha Déficit deverá ser preenchida com um traço (-), indicando valor inexistente ou nulo. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário.

A Câmara Municipal não possui receitas orçamentárias, sendo sua fonte de recursos suportada pelos repasses de duodécimos do Poder Executivo, os quais não fazem parte do balanço orçamentário, dessa forma, a demonstração de 2022 apresentou o total de receitas de R$ 0,00 e o total de despesas de R$ 3.575.869,37, realizando um déficit orçamentário no valor de R$ 3.575.869,37.

30 - Pessoal e Encargos Sociais

São despesas orçamentárias com pessoal ativo, inativo e pensionistas, relativas a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência, conforme estabelece o caput do art. 18 da Lei Complementar 101, de 2000.

Os valores de dotação atualizada e despesa liquidada no encerramento do exercício de 2022 ficaram em R$ 3.102.000,00 e R$ 2.851.159,92 respectivamente, conforme detalhamento por elemento de despesa na tabela abaixo:

TÍTULOS	**Dotação Atualizada**	**Despesa Liquidada**
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	**3.000,00**	**-**
Vencimentos e Vantagens Fixas	**2.490.000,00**	**2.289.972,19**

Obrigações Patronais	**572.000,00**	**533.018,56**
Outras Despesas Variáveis	**12.000,00**	**8.456,03**
Indenizações e Restituições Trabalhistas	**25.000,00**	**19.713,14**
TOTAL	**3.102.000,00**	**2.851.159,92**

31 - Outras Despesas Correntes

Representam despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica "despesas correntes" não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa.

Os valores de dotação atualizada e despesa liquidada no encerramento do exercício de 2022 ficaram em R$ 724.600,00 e R$ 680.719,25 respectivamente, conforme detalhamento por elemento de despesa na tabela abaixo:

TÍTULOS	**Dotação Atualizada**	**Despesa Liquidada**
Outros Benefícios Assistenciais	**130.000,00**	**128.647,55**
Diárias	**11.000,00**	**-**
Material de Consumo	**35.000,00**	**32.256,03**
Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas	**2.000,00**	**-**
Passagens e Despesas com Locomoção	**14.000,00**	**13.165,80**
Serviços de Consultoria	**21.000,00**	**20.395,88**
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	**288.100,00**	**288.035,22**
Locação de Mão-de-Obra	**500,00**	**-**
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	**91.000,00**	**77.726,59**
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	**33.000,00**	**26.329,15**
Auxílio-Alimentação	**87.000,00**	**85.184,44**
Obrigações Tributárias e Contributivas	**1.000,00**	**467,28**
Indenizações e Restituições	**11.000,00**	**8.511,31**
TOTAL	**724.600,00**	**680.719,25**

32 - Investimentos

Representam despesas orçamentárias com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente. Classificam-se nessa categoria aquelas despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

Os valores de dotação atualizada e despesa liquidada no encerramento do exercício de 2022 ficaram em R$ 118.400,00 e R$ 43.990,20 respectivamente, conforme detalhamento por elemento de despesa na tabela abaixo:

TÍTULOS	**Dotação Atualizada**	**Despesa Liquidada**
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	**13.500,00**	**11.761,20**
Obras e Instalações	**5.000,00**	**-**
Equipamentos e Material Permanente	**35.000,00**	**32.229,00**
Aquisição de Imóveis	**64.900,00**	**-**
TOTAL	**118.400,00**	**43.990,20**

33 - Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados

Conforme informado no item 26, a Câmara Municipal de Farroupilha não deixou em 2022 restos a pagar não processados. As despesas em que houve a verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito foram liquidados e pagos, ou apenas liquidados e mantidos como restos a pagar processados. Por outro lado, as despesas que estavam empenhadas e não foram liquidadas por não haver o direito creditório estabelecido foram cancelados dentro do exercício não gerando restos a pagar não processados. Dessa forma, não houve a necessidade de controle específico por não haver inscrição de restos a pagar não processados.

34 - Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados

Compreende o valor de restos a pagar processados inscritos em exercícios anteriores e em 31 de dezembro do exercício anterior, liquidados, pagos, cancelados e o saldo. As despesas que foram empenhadas e não pagas até o último dia útil de 2022, foram inscritas e escrituradas como Restos a Pagar Processados, em atendimento aos artigos 35, 36 e 92 da Lei nº 4.320/1964. Para fins de inscrição, foram observadas as recomendações da Instrução Normativa nº 18/2021, do Tribunal de Contas do Estado e os preceitos da Lei Complementar nº 101/2000. Conforme se verifica na tabela abaixo, os valores inscritos em restos a pagar processados foram R$ 70.925,91, os valores pagos foram R$ 70.925,91, os valores cancelados foram R$ 0,00 e os valores de saldo ficaram em R$ 0,00.

TÍTULOS	INSCRITOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**70.925,91**	**70.925,91**	**-**	**-**
Pessoal e Encargos Sociais	36.202,70	36.202,70	-	-
Outras Despesas Correntes	34.723,21	34.723,21	-	-
TOTAL	**70.925,91**	**70.925,91**	**-**	**-**

Balanço Financeiro

35 - Contabilização de Retenções

A Câmara considera as retenções como pagas na baixa da obrigação. Dessa forma, não se faz necessário ajuste no saldo em espécie a fim de demonstrar que há um saldo vinculado a ser deduzido.

36 - Ingressos

Os ingressos representam os valores financeiros recebidos pela Câmara através da receita orçamentária, transferências financeiras recebidas, recebimentos extraorçamentárias, conjugado com o saldo do exercício anterior com a finalidade de conciliar com o total do quadro dos dispêndios. Os ingressos são discriminados no balanço financeiro através do recebimento de recursos conforme detalhamento abaixo:

TÍTULOS	31/12/2022	31/12/2021
Receita Orçamentária	**-**	**-**
Transferências Financeiras Recebidas	**3.988.423,58**	**3.613.783,60**
Recebimentos Extraorçamentários	**469.104,78**	**405.592,04**
Saldo do Exercício Anterior	**94.446,39**	**94.339,52**
TOTAL	**4.551.974,75**	**4.113.715,16**

37 - Receita Orçamentária

Conforme já citado no item 29, A Câmara Municipal não possui receitas orçamentárias, sendo sua fonte de recursos suportada pelos repasses de duodécimos do Poder Executivo, contabilizados no balanço financeiro como transferências financeiras a receber.

38 - Transferências Financeiras Recebidas

Refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta. Aquelas efetuadas em cumprimento à execução do orçamento são as cotas, repasses e sub-repasses. Esses valores, quando observados os demonstrativos consolidados, são compensados pelas transferências financeiras concedidas.

TÍTULOS	31/12/2022	31/12/2021
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	3.988.423,58	3.613.783,60
TOTAL	3.988.423,58	3.613.783,60

Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária

Compreende as variações patrimoniais aumentativas decorrentes das transferências financeiras relativas à execução orçamentária, e de bens e valores, referentes às transações intragovernamentais. Foram registradas nessa conta o valor de R$ 3.988.423,58 referente ao recebimento dos repasses dos duodécimos pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo.

39 - Recebimentos Extraorçamentários

Compreendem os ingressos não previstos no orçamento decorrentes de recursos relativos a consignações em folha de pagamento, fianças, cauções, dentre outros; e de inscrição de restos a pagar. Em 2022 o total dos recebimentos extraorçamentários foram de R$ 469.104,78, abertos em inscrição de restos a pagar processados no valor de R$ 86.362,11 e depósitos restituíveis e valores vinculados no valor de R$ 382.742,67, conforme detalhamento abaixo:

TÍTULOS	31/12/2022	31/12/2021
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	-	-
Inscrição de Restos a Pagar Processados	86.362,11	70.925,91
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	382.742,67	334.666,13
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-
TOTAL	469.104,78	405.592,04

Inscrição de Restos a Pagar Processados

Compreendem os valores inscritos em restos a pagar processados, registrados no balanço financeiro como ingressos de recursos para contrapor os dispêndios de valores de pagamento de restos a pagar processados. O total dessa classificação de receita extraorçamentária em 2022 foi de R$ 86.362,11.

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

Compreendem os valores restituíveis que transitam pelos cofres municipais provisoriamente. São recursos relativos a consignações em folha de pagamento, fianças, cauções, dentre outros, que, por não serem recursos próprios da Câmara, não são registrados como orçamentários, mas sim extraorçamentários. O total dessa classificação de receita extraorçamentária em 2022 foi de R$ 382.742,67.

40 - Saldo do Exercício Anterior

Compreende os saldos dos recursos financeiros no final do exercício anterior, no caso, 31/12/2021, em caixa e equivalentes de caixa no valor de R$ 94.446,39, conforme tabela abaixo:

TÍTULOS	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e Equivalentes de Caixa	94.446,39	94.339,52
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-
TOTAL	94.446,39	94.339,52

Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato, totalizando o valor de R$ 94.446,39.

41 - Dispêndios

Os dispêndios representam os valores financeiros pagos pelo Município através da despesa orçamentária, transferências financeiras concedidas, pagamentos extraorçamentárias, conjugado com o saldo do exercício seguinte com a finalidade de conciliar com o total do quadro dos ingressos. Os dispêndios são discriminados no balanço financeiro através do pagamento de recursos conforme detalhamento abaixo:

TÍTULOS	31/12/2022	31/12/2021
Despesa Orçamentária	**3.575.869,37**	**3.101.812,45**
Transferências Financeiras Concedidas	**412.554,21**	**511.971,15**
Pagamentos Extraorçamentários	**451.053,41**	**405.485,17**
Saldo do Exercício Seguinte	**112.497,76**	**94.446,39**
TOTAL	**4.551.974,75**	**4.113.715,16**

42 - Despesa Orçamentária

Compreendem as despesas orçamentárias, líquidas das deduções, separadas por ordinária, de livre alocação entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades, e vinculadas, cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem. A identificação das vinculações pode ser feita por meio do mecanismo fonte/destinação de recursos. As fontes/destinações de recursos indicam como são financiadas as despesas orçamentárias, atendendo sua destinação legal.

Em 2022 o total das despesas orçamentárias foram de R$ 3.575.869,37, sendo todas essas despesas vinculadas a fonte ordinária, conforme detalhamento abaixo:

TÍTULOS	31/12/2022	31/12/2021
Ordinária	**3.575.869,37**	**3.101.812,45**
Vinculada	**-**	**-**
TOTAL	**3.575.869,37**	**3.101.812,45**

Ordinária

Recursos ordinários são despesas de livre alocação entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades. Estão registradas nessa conta os valores vinculados ao código de recurso 0001 - Recurso Livre, conforme padronização realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. O total dessa classificação de despesa orçamentária em 2022 foi de R$ 3.575.869,37.

43 - Transferências Financeiras Concedidas

Refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta. Aquelas efetuadas em cumprimento à execução do Orçamento são as cotas, repasses e sub-repasses. Aquelas que não se relacionam com o Orçamento em geral decorrem da transferência de recursos relativos aos restos a pagar. Esses valores, quando observados os demonstrativos consolidados, são compensados pelas transferências financeiras concedidas.

Em 2022 o total das transferências financeiras concedidas foram de R$ 412.554,21, conforme detalhamento abaixo:

TÍTULOS	31/12/2022	31/12/2021
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	**412.554,21**	**511.971,15**

Transferências Concedidas Independentes de Exec. Orçamentária	**-**	**-**
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS	**-**	**-**
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS	**-**	**-**
Transf. Conc. para Aportes de de Pagamento de Pensões Militares	**-**	**-**
TOTAL	**412.554,21**	**511.971,15**

Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária

Compreende as variações patrimoniais diminutivas decorrentes das transferências financeiras relativas à execução orçamentária, e de bens e valores, referentes às transações intragovernamentais. Foram registradas nessa conta o valor de R$ 412.554,21 referente a devolução da sobra dos repasses mensais pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo dos recursos dos duodécimos.

44 - Pagamentos Extraorçamentários

Compreendem os dispêndios não previstos no orçamento decorrentes de recursos relativos a consignações em folha de pagamento, fianças, cauções, dentre outros; e de inscrição de restos a pagar. Em 2022 o total dos pagamentos extraorçamentários foram de R$ 451.053,41, abertos em pagamentos de restos a pagar processados no valor de R$ 70.925,91 e depósitos restituíveis e valores vinculados no valor de R$ 380.127,50, conforme detalhamento abaixo:

TÍTULOS	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	**-**	**-**
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	**70.925,91**	**69.030,25**
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	**380.127,50**	**336.454,92**
Outros Pagamentos Extraorçamentários	**-**	**-**
TOTAL	**451.053,41**	**405.485,17**

Pagamentos de Restos a Pagar Processados

Compreendem os valores pagos em restos a pagar processados, registrados no balanço financeiro como dispêndios de recursos para contrapor os ingressos de valores de inscrição de restos a pagar processados. O total dessa classificação de despesa extraorçamentária em 2022 foi de R$ 70.925,91.

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

Compreendem os valores restituíveis que transitam pelos cofres municipais provisoriamente. São recursos relativos a consignações em folha de pagamento, fianças, cauções, dentre outros, que, por não serem recursos próprios da Câmara, não são registrados como orçamentários, mas sim extraorçamentários. O total dessa classificação de despesa extraorçamentária em 2022 foi de R$ 380.127,50.

45 - Saldo do Exercício Seguinte

Compreende os saldos dos recursos financeiros no final do exercício seguinte, no caso, 31/12/2022, em caixa e equivalentes de caixa no valor de R$ 112.497,76, conforme tabela abaixo:

TÍTULOS	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**112.497,76**	**94.446,39**
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	**-**	**-**
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	**-**	**-**
TOTAL	**112.497,76**	**94.446,39**

Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato, totalizando o valor de R$ 112.497,76.

46 - Quadro Anexo

O quadro anexo ao balanço financeiro compreende os valores de receita orçamentária com seus valores brutos, deduções e valores líquidos, com a finalidade de demonstrar os valores de forma analítica, uma vez que os valores constantes no quadro principal apresentam seus saldos pelos valores líquidos, esclarecendo, dessa forma, o quanto de dedução da receita orçamentária foi registrado no exercício de 2022. Os valores do quadro estão zerados, pelo motivo, já comentado em itens anteriores, da Câmara Municipal não ter receitas orçamentárias, tendo suas despesas suportadas através dos repasses de duodécimos.

Demonstração das Variações Patrimoniais

47 - Método de Apresentação

A NBC TSP 11 incentiva a apresentação de análise das variações patrimoniais diminutivas utilizando a classificação baseada em dois métodos alternativos: quanto à natureza ou quanto à sua função dentro da entidade. Segundo a norma, deve-se selecionar o critério que proporcionar informação que seja representação fidedigna e seja mais relevante. Como a estrutura do PCASP detalha as VPD conforme a abordagem da natureza, a utilização do método da natureza é obrigatória, sendo a utilizada para a confecção do demonstrativo conforme detalhamentos a seguir.

48 - Transferências e Delegações Recebidas

Compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências inter governamentais, transferências intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios, transferências do exterior e execuções orçamentárias delegadas, totalizando em 2022 o valor de R$ 3.988.423,58 conforme detalhamento abaixo:

TÍTULOS	2022	2021
Transferências Intragovernamentais	**3.988.423,58**	**3.627.973,60**
Transferências Intergovernamentais	**-**	**-**
Transferências das Instituições Privadas	**-**	**-**
Transferências das Instituições Multigovernamentais	**-**	**-**
Execução Orçamentária Delegada	**-**	**-**
Transferências de Pessoas Físicas	**-**	**-**
TOTAL	**3.988.423,58**	**3.627.973,60**

Transferências Intragovernamentais

Compreende as variações patrimoniais aumentativas decorrentes das transferências financeiras relativas à execução orçamentária, e de bens e valores, referentes às transações intragovernamentais. Foi registrado em 2022, pelo regime de competência, nessa conta, o valor total de R$ 3.988.423,58.

49 - Pessoal e Encargos Sociais

Compreende a remuneração do pessoal ativo civil ou militar, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos, soldos e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis estabelecidas em lei decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público. Compreende ainda, obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento dos órgãos e demais entidades do setor público, contribuições a entidades fechadas de previdência e benefícios eventuais a pessoal civil e militar, destacados

os custos de pessoal e encargos inerentes as mercadorias e produtos vendidos e serviços prestados, totalizando em 2022 o valor de R$ 2.941.680,90 conforme detalhamento abaixo:

TÍTULOS	2022	2021
Remuneração a Pessoal	**2.303.764,76**	**2.081.658,26**
Remuneração a Pessoal Ativo abrangidos pelo RPPS	278.906,59	237.499,22
Remuneração a Pessoal Ativo abrangidos pelo RGPS	2.024.858,17	1.844.159,04
Encargos Patronais	**533.018,56**	**449.822,17**
Encargos Patronais - RPPS	86.295,08	68.289,69
Encargos Patronais - RGPS	446.723,48	381.532,48
Benefícios a Pessoal	**85.184,44**	**72.032,38**
Benefícios a Pessoal - RPPS	23.020,72	20.007,98
Benefícios a Pessoal - RGPS	62.163,72	52.024,40
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	**19.713,14**	**16.185,83**
TOTAL	**2.941.680,90**	**2.619.698,64**

Remuneração a Pessoal Ativo abrangidos pelo RPPS

Compreende a remuneração do pessoal ativo civil abrangidos pelo RPPS, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos e vantagens pecuniárias fixas e variáveis estabelecidas em lei decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo ou função de confiança no setor público. Foi registrado em 2022, pelo regime de competência, nessa conta, o valor total de R$ 278.906,59.

Remuneração a Pessoal Ativo abrangidos pelo RGPS

Compreende a remuneração do pessoal ativo civil abrangidos pelo RGPS, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com vencimentos e vantagens pecuniárias fixas e variáveis estabelecidas em lei decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do emprego, inclusive os ocupantes de cargos em comissão não investidos em cargo efetivo, no setor público. Foi registrado em 2022, pelo regime de competência, nessa conta, o valor total de R$ 2.024.858,17.

Encargos Patronais - RPPS

Compreende os encargos trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento dos servidores públicos ativos, pertencentes aos órgãos e demais entidades do setor público. Foi registrado em 2022, pelo regime de competência, nessa conta, o valor total de R$ 86.295,08.

Encargos Patronais - RGPS

Compreende os encargos trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento dos empregados ativos, pertencentes aos órgãos e demais entidades do setor público, bem como ocupantes de cargo em comissão não investidos, em cargo efetivo. Foi registrado em 2022, pelo regime de competência, nessa conta, o valor total de R$ 446.723,48.

Benefícios a Pessoal - RPPS

Compreende o valor total das variações patrimoniais diminutivas com benefícios a servidor público, tais como: ajuda-de-custo, indenização de transporte, auxílio-moradia, auxílio-transporte, auxílio-alimentação e outros benefícios relativos ao local ou a natureza do trabalho. Estão excluídas deste grupo os vencimentos e quaisquer outras vantagens pecuniárias permanentes, bem como os benefícios previdenciários ou assistenciais, tais como: aposentadoria, auxílio-natalidade, salário-família, licença para tratamento de saúde, licença a gestante, a adotante e licença-maternidade, licença por acidente em serviço, assistência à saúde, pensão vitalícia e temporária, auxílio-funeral, auxílio-reclusão, auxílio-invalidez, assistência à saúde. Estão excluídas ainda as indenizações e restituições trabalhistas decorrentes da perda da condição de servidor ou

empregado, tais como ferias, aviso prévio indenizados e outras. Foi registrado em 2022, pelo regime de competência, nessa conta, o valor total de R$ 23.020,72.

Benefícios a Pessoal - RGPS

Compreende o valor total das variações patrimoniais diminutivas com benefícios devidos aos empregados públicos, e ainda outros relativos a acordo ou convenção coletiva. Estão excluídos deste grupo os vencimentos e quaisquer outras vantagens pecuniárias, bem como os benefícios previdenciários ou assistenciais, tais como: aposentadoria, auxílio-natalidade, salário-família, licença para tratamento de saúde, licença a gestante, a adotante e licença-maternidade, licença por acidente em serviço, assistência a saúde, garantia de condições individuais e ambientais de trabalho satisfatórias, pensão vitalícia e temporária, auxílio-funeral, auxílio-reclusão, auxílio-invalidez, assistência à saúde. Estão excluídas ainda as indenizações e restituições trabalhistas decorrentes da perda da condição de servidor ou empregado, tais como ferias, aviso prévio indenizado e outras. Foi registrado em 2022, pelo regime de competência, nessa conta, o valor total de R$ 62.163,72.

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos

Compreende outras variações patrimoniais diminutivas, relacionadas com pessoal e encargos, não abrangidas nos grupos anteriores, tais como as indenizações e restituições trabalhistas. Foi registrado em 2022, pelo regime de competência, nessa conta, o valor total de R$ 19.713,14.

50 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Compreende as variações patrimoniais diminutivas relativas às aposentadorias, pensões, reformas, reserva remunerada e outros benefícios previdenciários de caráter contributivo, do regime próprio da previdência social - RPPS e do regime geral da previdência social - RGPS, bem como as ações de assistência social, que são políticas de seguridade social não contributiva, visando ao enfrentamento da pobreza, a garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingencias sociais e a universalização dos direitos sociais, totalizando em 2022 o valor de R$ 128.647,55 conforme detalhamento abaixo:

TÍTULOS	**2022**	**2021**
Outros Benefícios Assistenciais	**128.647,55**	**109.159,80**
TOTAL	**128.647,55**	**109.159,80**

Outros Benefícios Assistenciais

Compreende outras variações patrimoniais diminutivas, relacionadas com benefícios assistenciais, não abrangidas nos grupos anteriores. Foi registrado em 2022, pelo regime de competência, nessa conta, o valor total de R$ 128.647,55.

51 - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública, exceto despesas com pessoal e encargos que serão registradas em grupo específico (despesas de pessoal e encargos). Compreende: diárias, material de consumo, material de distribuição gratuita, passagens e despesas com locomoção, serviços de terceiros, arrendamento mercantil operacional, aluguel, depreciação, amortização, exaustão, entre outras, totalizando em 2022 o valor de R$ 491.892,26 conforme detalhamento abaixo:

TÍTULOS	**2022**	**2021**
Uso de Material de Consumo	**40.433,23**	**25.895,13**
Consumo de Material	40.433,23	25.895,13
Serviços	**422.922,46**	**350.255,77**
Diárias	-	838,59

Serviços Terceiros - PF	288.035,22	235.043,59
Serviços Terceiros - PJ	134.887,24	114.373,59
Depreciação, Amortização e Exaustão	**28.536,57**	**17.084,99**
TOTAL	**491.892,26**	**393.235,89**

Consumo de Material

Compreende as variações patrimoniais diminutivas provenientes de requisição de material de consumo para uso interno. Foi registrado em 2022, pelo regime de competência, nessa conta, o valor total de R$ 40.433,23.

Diárias

Compreende as variações patrimoniais diminutivas provenientes da utilização de diárias pagas aos servidores, empregados públicos e colaboradores eventuais, para fazer face a despesas com pousada, alimentação e locomoção urbana. Foi registrado em 2022, pelo regime de competência, nessa conta, o valor total de R$ 0,00.

Serviços Terceiros - PF

Compreende as variações patrimoniais diminutivas provenientes da prestação de serviços por pessoa física fornecida a entidade governamental. Na classificação da despesa de material por encomenda, a variação patrimonial diminutiva só deverá ser classificada com serviços de terceiros se o próprio órgão ou entidade fornecer a matéria-prima. Foi registrado em 2022, pelo regime de competência, nessa conta, o valor total de R$ 288.035,22.

Serviços Terceiros - PJ

Compreende as variações patrimoniais diminutivas provenientes da prestação de serviços por pessoa jurídica fornecida a entidade governamental. Na classificação da despesa de material por encomenda, a variação patrimonial diminutiva só deverá ser classificada com serviços de terceiros se o próprio órgão ou entidade fornecer a matéria-prima. Foi registrado em 2022, pelo regime de competência, nessa conta, o valor total de R$ 134.887,24.

Depreciação, Amortização e Exaustão

Compreende o decréscimo no benefício de um bem durante o período contábil decorrente de depreciação, amortização e exaustão. Foi registrado em 2022, pelo regime de competência, nessa conta, o valor total de R$ 28.536,57.

52 - Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

Compreende as variações patrimoniais diminutivas com operações financeiras, tais como: juros incorridos, descontos concedidos, comissões, despesas bancarias e correções monetárias, totalizando em 2022 o valor de R$ 0,00 conforme detalhamento abaixo:

TÍTULOS	**2022**	**2021**
Juros e Encargos de Mora	**-**	**-**
TOTAL	**-**	**-**

Juros e Encargos de Mora

Compreende o montante de variação patrimonial diminutiva com juros e encargos a título de penalidade em virtude de atrasos e não cumprimento dos prazos contratuais. Foi registrado em 2022, pelo regime de competência, nessa conta, o valor total de R$ 0,00.

53 - Transferências e Delegações Concedidas

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências inter governamentais, transferências intragovernamentais, transferências a instituições multigovernamentais, transferências a instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências a convênios, transferências ao exterior e execuções orçamentárias delegadas, totalizando em 2022 o valor de R$ 412.554,21 conforme detalhamento abaixo:

TÍTULOS	2022	2021
Transferências Intragovernamentais	**412.554,21**	**511.971,15**
Transferências Inter Governamentais	**-**	**-**
Transferências a Instituições Privadas	**-**	**-**
TOTAL	**412.554,21**	**511.971,15**

Transferências Intragovernamentais

Compreende as variações patrimoniais diminutivas decorrentes das transferências financeiras relativas à execução orçamentária, e de bens e valores, referentes às transações intragovernamentais. Foi registrado em 2022, pelo regime de competência, nessa conta, o valor total de R$ 412.554,21.

54 - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Compreende a variação patrimonial diminutiva com desvalorização e perdas de ativos, nos casos de reavaliação, redução a valor recuperável, provisões para perdas, perdas com alienação e perdas involuntárias. Compreende também a variação patrimonial diminutiva com incorporação de passivo, totalizando em 2022 o valor de R$ 27,41 conforme detalhamento abaixo:

TÍTULOS	2022	2021
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	**-**	**-**
Redução a Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-
Perdas com Alienação	**-**	**-**
Perdas Involuntárias	**27,41**	**2.947,03**
Desincorporação de Ativos	**-**	**-**
TOTAL	**27,41**	**2.947,03**

55 - Tributárias

Compreende as variações patrimoniais diminutivas relativas aos impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições sociais, contribuições econômicas e contribuições especiais, totalizando em 2022 o valor de R$ 467,28 conforme detalhamento abaixo:

TÍTULOS	2022	2021
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**467,28**	**195,90**
Contribuições	**-**	**-**
TOTAL	**467,28**	**195,90**

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

Compreende as variações patrimoniais diminutivas relativas às obrigações relativas às prestações pecuniárias compulsórias, em moeda ou cujo valor nela possa se exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade vinculada. Como: impostos, taxas e contribuições de melhoria. Foi registrado em 2022, pelo regime de competência, nessa conta, o valor total de R$ 467,28.

Contribuições

Compreende as variações patrimoniais diminutivas com contribuições sociais, econômicas e outras, decorrentes da intervenção do estado (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) no domínio econômico e de interesse da categoria de profissionais. Foi registrado em 2022, pelo regime de competência, nessa conta, o valor total de R$ 0,00.

56 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores. Compreende: premiações, incentivos, equalizações de preços e taxas, participações e contribuições, resultado negativo com participações, dentre outros, totalizando em 2022 o valor de R$ 8.511,31 conforme detalhamento abaixo:

TÍTULOS	2022	2021
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
VPD de Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	**8.511,31**	**723,10**
TOTAL	**8.511,31**	**723,10**

Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas

Compreende outras variações patrimoniais diminutivas não classificadas em itens específicos. Foi registrado em 2022, pelo regime de competência, nessa conta, o valor total de R$ 8.511,31.

57 - Apuração do Resultado Patrimonial do Exercício

Considerando o total das variações patrimoniais aumentativas no valor de R$ 3.988.423,58 e considerando o total das variações patrimoniais diminutivas no valor de R$ 3.983.780,92, o resultado patrimonial do exercício de 2022 apresentado foi de R$ 4.642,66, conforme resumo abaixo:

TÍTULOS	2022	2021
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas	**3.988.423,58**	**3.627.973,60**
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas	**3.983.780,92**	**3.637.931,51**
Resultado Patrimonial do Período	**4.642,66**	**- 9.957,91**

58 - Origem e Destino dos Recursos Provenientes da Alienação de Ativos

Em cumprimento ao disposto no art. 50, VI da Lei Complementar nº 101/2000, demonstra-se a seguir a origem e a destinação dos recursos provenientes de alienação de ativos ocorrida no exercício, tendo em vista tratar-se de recursos vinculados, nos termos do art. 44 da referida Lei Complementar.

A Câmara Municipal de Farroupilha não possui saldo em disponibilidade de recursos com vínculo de alienação de bens, assim como não possui receitas, dessa forma não há a necessidade de controlar as despesas. No momento que ocorrer qualquer alienação de bens haverá o detalhamento das despesas com a finalidade de cumprir o disposto na legislação.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

59 - Objetivo, Definições e Estrutura

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A DFC identifica as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis e o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

A informação dos fluxos de caixa permite aos usuários avaliar como a Câmara obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados. Tais informações são úteis

para fornecer aos usuários das demonstrações contábeis informações para prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.

60 - Critérios de Elaboração

A DFC foi elaborada pelo método direto e evidencia as alterações de caixa e equivalentes de caixa verificadas no exercício de referência, classificadas nos seguintes fluxos de acordo com as atividades da entidade: operacionais, de investimento e de financiamento.

A soma dos três fluxos corresponde à diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício de referência.

Para a elaboração da DFC são utilizadas as contas da classe 6 (Controles da Execução do Planejamento e Orçamento) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), com filtros pelas naturezas orçamentárias de receitas e despesas, bem como funções e subfunções, assim como outros filtros e contas necessários para marcar a movimentação extraorçamentária que eventualmente transita pela conta Caixa e Equivalentes de Caixa.

61 - Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais

O montante dos fluxos de caixa líquidos decorrentes das atividades operacionais é um indicador chave da extensão na qual as operações da entidade são financiadas. O montante dos fluxos de caixa das atividades operacionais também auxilia ao demonstrar a condição da entidade de manter sua capacidade operacional, amortizar empréstimos, pagar dividendos ou distribuições similares e fazer novos investimentos sem recorrer a fontes externas de financiamento.

Os fluxos de caixa operacionais consolidados do setor público proporcionam uma indicação da proporção em que o governo vem financiando suas atividades correntes por meio da tributação e outras cobranças.

Os ingressos compreendem as receitas relativas às atividades operacionais líquidas das respectivas deduções e as transferências recebidas. Já os desembolsos compreendem os pagamentos relativos às atividades operacionais, demonstrando-se os desembolsos de pessoal, os juros e encargos sobre a dívida e as transferências concedidas. O detalhamento das receitas originárias e derivadas, das transferências recebidas e concedidas e dos desembolsos de pessoal e demais despesas por função, constam em quadros anexos à DFC, elaborados conforme a 9ª edição do MCASP.

No fim do exercício de 2022 o total apurado do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais foi de R$ 62.041,57, conforme detalhamento abaixo:

TÍTULOS	**Ex. Atual**	**Ex. Anterior**
Ingressos	**3.578.484,54**	**3.100.023,66**
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Recebida	-	-
Outros ingressos operacionais	3.578.484,54	3.100.023,66
Desembolsos	**3.516.442,97**	**3.089.736,90**
Pessoal e demais despesas	3.431.797,14	3.022.085,87
Juros e encargos da dívida	-	-
Transferências concedidas	84.645,83	67.651,03
Outros desembolsos operacionais	-	-

Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)	**62.041,57**	**10.286,76**

62 - Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento

Os fluxos de caixa decorrentes das atividades de investimento representam a extensão em que as saídas de caixa são realizadas com a finalidade de contribuir para a futura prestação de serviços pela entidade.

Somente saídas de caixa que resultam em ativo reconhecido nas demonstrações contábeis são passíveis de classificação como atividades de investimento.

Os ingressos são oriundos de receitas de capital de alienação de ativos e da amortização de empréstimos e financiamentos concedidos. Os desembolsos decorrem do pagamento de despesas de aquisição de ativo não circulante (obras, instalações, equipamentos, material permanente, bens imóveis, títulos de crédito, títulos representativos de capital e constituição ou aumento de capital de empresas) e as concessões de empréstimos e financiamentos.

No fim do exercício de 2022 o total apurado do fluxo de caixa líquido das atividades de investimento foi de R$ -43.990,20, conforme detalhamento abaixo:

TÍTULOS	**Ex. Atual**	**Ex. Anterior**
Ingressos	**-**	**-**
Alienação de bens	-	-
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos	-	-
Outros ingressos de investimentos	-	-
Desembolsos	**43.990,20**	**10.179,89**
Aquisição de ativo não circulante	32.229,00	10.179,89
Concessão de empréstimos e financiamentos	-	-
Outros desembolsos de investimentos	11.761,20	-
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)	**- 43.990,20**	**- 10.179,89**

63 - Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento

A divulgação dos fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento é importante para a previsão de exigências de fluxos futuros por parte dos provedores de capital.

Compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida, bem como as receitas obtidas a partir da integralização do capital social de empresas dependentes. Os desembolsos são decorrentes da amortização e refinanciamento da dívida.

No fim do exercício de 2022 o total apurado do fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento foi de R$ 0,00.

64 - Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa

A conta caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis, enquanto que a conta equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em valor conhecido de caixa e que estão sujeitas a insignificante risco de mudança de valor.

A Câmara inclui no saldo de caixa os valores de depósitos restituíveis e valores vinculados, mas ressalta-se o fato de que tais recursos, embora em poder do ente público, não podem ser por ele utilizados.

A geração líquida de caixa e equivalentes de caixa no exercício foi de R$ 18.051,37, considerando o saldo de R$ 94.446,39 no final de 2021 e o saldo de R$ 112.497,76 no final de 2022, conforme tabela abaixo:

TÍTULOS	**Ex. Atual**	**Ex. Anterior**
Caixa e Equivalentes de caixa inicial	**94.446,39**	**94.339,52**
Caixa e Equivalentes de caixa final	**112.497,76**	**94.446,39**
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	**18.051,37**	**106,87**

65 - Transferências Recebidas

Agrega as receitas provenientes de recursos financeiros decorrentes de doações, contratos, convênios, acordos, ajustes, termos de parceria ou outros instrumentos, da União, do Estado, de outros Municípios, de pessoas físicas e pessoas jurídicas, destinados a atender despesas correntes e despesas de capital. Abaixo tabela de transferências recebidas constante em anexo da Demonstração dos Fluxos de Caixa, as quais encontram-se zeradas no exercício de 2022.

TÍTULOS	Ex. Atual	Ex. Anterior
Intergovernamentais	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências recebidas	-	-
Total das Transferências Recebidas	-	-

66 - Transferências Concedidas

Compreende o valor das transferências financeiras concedidas a União, ao Estado, a Municípios, ao Fundo de Previdência Social e a outras entidades, a título de restituição de convênios, subvenções sociais, contribuições, auxílios, encargos patronais e amortização de parcelamentos. Abaixo tabela de transferências concedidas constante em anexo da Demonstração dos Fluxos de Caixa.

TÍTULOS	Ex. Atual	Ex. Anterior
Intergovernamentais	-	-
Intragovernamentais	**84.645,83**	**67.651,03**
Outras Transferências recebidas	-	-
Total das Transferências Concedidas	**84.645,83**	**67.651,03**

67 - Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função

O quadro a seguir, constante em anexo da Demonstração dos Fluxos de Caixa, detalha os desembolsos efetuados no exercício de 2022 conforme classificação funcional, regulamentada pela Portaria nº 42 de abril de 1999.

TÍTULOS	Ex. Atual	Ex. Anterior
Legislativa	**3.431.797,14**	**3.022.085,87**
Judiciária	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-

Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especial	-	-
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	**3.431.797,14**	**3.022.085,87**

68 – Juros e Encargos da Dívida

São despesas orçamentárias com o pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas contratadas, bem como da dívida pública mobiliária. Abaixo tabela de juros e encargos da dívida constante em anexo da Demonstração dos Fluxos de Caixa.

TÍTULOS	**Ex. Atual**	**Ex. Anterior**
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Total dos Juros e Encargos da Dívida	-	-

Farroupilha, 31 de dezembro de 2022

Eleonora Peters Broilo	Plinio Balbinot	Adriano Molon Toigo
Presidente da Câmara Municipal	Secretário Municipal de Finanças	Chefe da Contabilidade CRC 084724